



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone:0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz - RS

LEI Nº 1.425, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

Altera dispositivos da Lei nº 240/1997, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa Organizacional Básica da Prefeitura Municipal, e da Lei nº 68/1993 que adota o Plano de Classificação de Cargos e Funções da Prefeitura Municipal e estabelece o respectivo Plano de Pagamentos.

O Prefeito Municipal de Porto Vera Cruz, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o item 3 e acrescenta o item 4 no inciso I, altera o item 1 no inciso III e altera os itens 3 e 6 e acrescenta o item 7 e o item 8 no inciso V, do art. 2º, da Lei nº 240, de 1º de setembro de 1997, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º–

I – Dos Órgãos de Assessoramento:

- 1 -
- 2 -
- 3 - Assessoria de Planejamento e Gestão;
- 4 - Assessoria de Comunicação-Imprensa e Relações Governamentais.

II -

III – Dos Órgãos de Atividades Fins:

- 1 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito;
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -

IV -

V – Dos Órgãos de Vinculação Administrativa:

- 1 -
- 2 -
- 3 - Posto de Confecção de Carteiras de Identidade;
- 4 -
- 5 -
- 6 - Posto Avançado da Inspeção de Defesa Agropecuária;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone:0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz - RS

7 - Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito – JARI;
8 - Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Parágrafo único”

Art. 2º - Fica alterado o art. 5º e acrescentado o art. 5º-A na Lei nº 240, de 1º de setembro de 1997, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º** - A Assessoria de Planejamento e Gestão – é o órgão que tem a incumbência de planejar, organizar, dirigir, executar e controlar as atividades inerentes à integração e modernização da gestão administrativa do Poder Executivo Municipal, em conformidade com a legislação vigente; Coordenar o processo de elaboração e de execução orçamentária dos órgãos setoriais da Administração Pública; Coordenar ações que possam diagnosticar as necessidades locais, em parceria com lideranças e entidades, com objetivo de identificar potencialidades, vocações, bem como, detectar pontos críticos, criando referências e suporte para elaboração de projetos; Prospectar e articular potencialidades, negociando com a comunidade projetos e programas de interesse, para a expansão e desenvolvimento regional; Desenvolver outras atividades correlatas;

Art. 5º-A – A Assessoria de Comunicação – Imprensa e Relações Governamentais – é o órgão que tem a incumbência de realizar as atividades de redação oficial e de matérias para divulgação nos meios de comunicação; Dar publicidade a todos os atos que ocorrem nas diversas secretarias e órgãos no âmbito do município; Operacionalizar canais de comunicação do executivo com a comunidade; Assessorar as demais secretarias na elaboração de projetos e convênios; Assessorar e acompanhar a prestação de contas de convênios; Avaliar e fiscalizar a correta aplicação dos recursos oriundos de projetos e convênios também no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos do Governo Federal e Estadual; Acompanhar os encaminhamentos realizados pelo Controle Interno ao Gabinete do Prefeito, coordenar a discussão nas secretarias e fiscalizar a sua implantação; Desenvolver outras atividades correlatas;”

Art. 3º - Fica alterado o *caput* do art. 13 da Lei nº 240 de 1º de setembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 13** – São órgãos de vinculação administrativa a Junta do Serviço Militar, o Posto de Alistamento Eleitoral, o Posto de Confecção de Carteiras de Identidade, o Escritório Municipal da Emater, o Posto dos Correios – EBCT, o Posto Avançado de Defesa Agropecuária e a Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito – JARI.”

Art. 4º - Fica alterado o Organograma da Prefeitura constante no Anexo Único da Lei nº 240 de 1º de setembro de 1997, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo Único desta Lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone:0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz - RS

Art. 5º - Fica alterada a denominação e as atribuições do Cargo Assessoria de Planejamento descritas no Anexo I (art. 26) da Lei nº 68 de 16 de dezembro de 1993 que adota o Plano de Classificação de Cargos e Funções da Prefeitura Municipal de Porto Vera Cruz, estabelece o respectivo Plano de Pagamentos e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I – (Art. 26)

QUADRO: Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

CLASSE: Assessoria de Planejamento e Gestão

PADRÃO: 10

Síntese dos Deveres: Planejar, organizar, dirigir, executar e controlar as atividades inerentes à integração e modernização da gestão administrativa do Poder Executivo Municipal, em conformidade com a legislação vigente; Coordenar o processo de elaboração e de execução orçamentária dos órgãos setoriais da Administração Pública; Coordenar ações que possam diagnosticar as necessidades locais, em parceria com lideranças e entidades, com objetivo de identificar potencialidades, vocações, bem como, detectar pontos críticos, criando referências e suporte para elaboração de projetos; Prospectar e articular potencialidades, negociando com a comunidade projetos e programas de interesse, para a expansão e desenvolvimento regional; Desenvolver outras atividades correlatas;

Condições de Trabalho: À disposição do Prefeito Municipal.

Outras: O exercício do cargo e/ou função poderá determinar a realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos e feriados.

Recrutamento: Indicação pelo Prefeito Municipal.”

Art. 6º - Fica alterada a denominação e as atribuições do Cargo Assessoria de Imprensa descritas no Anexo I (art. 26) da Lei nº 68 de 16 de dezembro de 1993 que adota o Plano de Classificação de Cargos e Funções da Prefeitura Municipal de Porto Vera Cruz, estabelece o respectivo Plano de Pagamentos e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I – (Art. 26)

QUADRO: Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

CLASSE: Assessoria de Comunicação-Imprensa e Relações Governamentais

PADRÃO: 10

Síntese dos Deveres: Realizar as atividades de redação oficial e de matérias para divulgação nos meios de comunicação; Dar publicidade a todos os atos que ocorrem nas diversas secretarias e órgãos no âmbito do município; Operacionalizar canais de comunicação do executivo com a comunidade; Assessorar as demais secretarias na elaboração de projetos e convênios; Assessorar e acompanhar a prestação de contas de convênios; Avaliar e fiscalizar a correta aplicação dos recursos oriundos de projetos e convênios também no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos do Governo Federal e Estadual; Acompanhar os encaminhamentos realizados pelo Controle Interno ao Gabinete do Prefeito, coordenar a discussão nas secretarias e fiscalizar a sua implantação; Desenvolver outras atividades correlatas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone:0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz - RS

Condições de Trabalho: À disposição do Prefeito Municipal.

Outras: O exercício do cargo e/ou função poderá determinar a realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos e feriados.

Recrutamento: Indicação pelo Prefeito Municipal.”

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 12 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Vera Cruz, em 24 de janeiro de 2017.

DELFOR BARBIERI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Em 24 de janeiro de 2017.

Giancarlos Tizian
Secretário Mun. de Administração

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 1.425/2017
ORGANOGRAMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VERA CRUZ

